

A LUTA CONTRA O PATRIARCADO: UMA REVISÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

THE STRUGGLE AGAINST PATRIARCHY: A HISTORICAL REVIEW OF FEMINIST MOVEMENTS

LA LUCHA CONTRA EL PATRIARCADO: UNA REVISIÓN HISTÓRICA DE LOS MOVIMIENTOS FEMINISTAS

RESUMO

O movimento feminista popularizou-se com a propagação de conteúdo, proporcionada pelo advento da Internet. Entretanto, observa-se que essa disseminação da informação não correspondeu ao aprofundamento dos debates e a apropriação histórica dos movimentos feministas. Assim, o presente artigo visa resgatar a discussão sobre o fundamento das lutas feministas na sociedade patriarcal e revisitar os marcos históricos do feminismo como um movimento de luta e combate as diversas formas de opressão. Para tanto utilizou a revisão de literatura, com intenção de compreender a estruturação do movimento feminista, o qual se caracteriza como um coletivo fluido e em constante transformação. Sendo assim, como resultado final, observou-se que a discussão sobre o feminismo não pode ocorrer de forma superficial e volúvel, uma vez que este possui uma construção sócio histórica consistente e com amplo conteúdo de ações e de referenciais teórico que respalda o movimento de luta.

Palavras-chave: Feminismo. Patriarcado. Gênero. Interseccionalidade. Lugar de fala.

ABSTRACT

The feminist movement became popular with the propagation of content, provided by the advent of the Internet. However, it is observed that this dissemination of information did not correspond to the deepening of debates and the historical appropriation of feminist movements. Thus, this article aims to rescue the discussion about the foundation of feminist struggles in the patriarchal society and revisit the historical landmarks of feminism as a movement to fight and combat various forms of oppression. For that, she used a literature review, with the intention of understanding the structuring of the feminist movement, which is characterized as a fluid and constantly changing collective. Thus, as a final result, it was observed that the discussion on feminism cannot take place in a superficial and fickle way, since

Ana Crhistina Vanali

Doutora em Sociologia pela UFPR. Professora da Faculdade da Indústria/Campus São José dos Pinhais. Professora de Sociologia do Colégio da Polícia Militar do Paraná. E-mail: anacvanali@gmail.com

Andrea Maila Voss Kominek

Doutora em Sociologia pela Universidade de Salamanca. Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: amvkominek@gmail.com

Vanessa Vargas Bober

Mestre em Tecnologia e Sociedade pela UTFPR. E-mail: bober.vanessa@gmail.com

it has a consistent socio-historical construction and a broad content of actions and theoretical references that support the movement of fight.

Keywords: Feminism. Patriarchy. Genre. Intersectionality. Place of speech.

ABSTRACTO

El movimiento feminista se hizo popular con la propagación de contenidos, proporcionada por la llegada de Internet. Sin embargo, se observa que esta difusión de información no se correspondió con la profundización de los debates y la apropiación histórica de los movimientos feministas. Así, este artículo tiene como objetivo rescatar la discusión sobre la base de las luchas feministas en la sociedad patriarcal y revisar los hitos históricos del feminismo como movimiento para luchar y combatir diversas formas de opresión. Para eso, utilizó una revisión de la literatura, con la intención de comprender la estructuración del movimiento feminista, que se caracteriza por ser un colectivo fluido y en constante cambio. Así, como resultado final, se observó que la discusión sobre el feminismo no puede desarrollarse de manera superficial y voluble, ya que tiene una construcción sociohistórica consistente y un contenido amplio de acciones y referentes teóricos que sustentan el movimiento de lucha.

Palabras clave: Feminismo. Patriarcado. Género. Interseccionalidad. Lugar de discurso.

Introdução

A sociedade contemporânea ainda é organizada a partir da desigualdade entre homens e mulheres, fundamentando sua estrutura na diferença entre os gêneros. Logo, a organização social está pautada num contrato sexual, o qual agrega valor aquilo que é atribuído ao masculino em detrimento ao feminino. Desta maneira, historicamente, as mulheres tiveram que travar lutas em busca de seus direitos fundamentais, organizando-se nos movimentos feministas. (ADICHIE, 2015).

A palavra feminismo, nos últimos anos, tem sido modulada num estereótipo limitado. Porém, o que se tem na realidade é um movimento que construiu seu referencial teórico e vem se transformando para combater o sexismo e outras formas de opressão.

Podemos descrever, resumidamente, o feminismo como um movimento político que reivindica a libertação da mulher de todos os padrões e expectativas comportamentais, melhorando condições de ser e existir nos diferentes contextos socioculturais. (ADICHIE, 2015). Segundo Silva (2019a), o feminismo tem uma historicidade própria que articula luta, militância e fundamentação teórica. Por esse motivo, ainda hoje, consolida-se como discurso de caráter intelectual, filosófico e político, assim como de lutas e construções práticas de transformação social. Esse busca abolir os padrões que conferem base às opressões impostas às mulheres ao longo da história da humanidade. (SILVA, 2019a).

Reconhecendo a importância desse movimento e de sua popularização, através do advento da Internet e das redes sociais, o presente artigo buscou realizar uma revisão de literatura acerca da fundamentação teórica do patriarcado, como principal estrutura de poder que oprime as mulheres. Assim como resgatar a construção histórica dos movimentos feministas e de suas conquistas.

Busca-se com este, contribuir com a produção teórica das discussões de gênero, a fim de popularizar e divulgar informações fidedignas a cerca deste movimento que transformou e transforma realidade social, através do seu processo de luta.

As opressões de ser mulher na sociedade ocidental patriarcal: uma construção sócio histórica

O patriarcado constitui um dos pilares que estruturam a sociedade contemporânea ocidental, influenciando diretamente na formação dos pensamentos e dos discursos sociais. As regras e a regulação social são influenciadas pelas desigualdades pautadas nas diferenças sexuais, delimitando o modo de funcionamento de cada pessoa, designando os papéis a serem desempenhados e agregando valores em cada um deles. Dessa forma, o patriarcado formula um contrato social que pode ser compreendido como um contrato sexual, o qual impacta diretamente nas produções simbólicas e materiais de uma sociedade. (SILVA, 2019b; NARVAZ; KOLLER, 2006).

Segundo Iaconelli (2020), as diferenças das expressões reprodutivas e sexuais sempre foram explicadas a partir de signos e símbolos culturais, a fim de favorecer a organização social. Entretanto, quando esses são pautados na hierarquização e na desigualdade, como na expressão contemporânea do patriarcado, temos sujeitos em situação de vulnerabilidade e em desvantagem. (IACONELLI, 2020). Saffiotti (2013) afirma que o patriarcado atual, inclusive o experienciado na sociedade brasileira, é atravessado pelas produções culturais advindas do capitalismo, assumindo uma característica peculiar que culmina na exploração das mulheres e de sua mão de obra. Para Santos e Oliveira (2010), essa forma de poder se apropria das estruturas objetivas e simbólicas femininas, inferindo diretamente nas relações e construções do ser e existir mulher.

Segundo Narvaz e Koller (2006), o patriarcado moderno contratual se inscreve em toda estrutura da sociedade civil capitalista neoliberal, a qual, apesar de apresentar um discurso reformista, mantém a base tradicional do patriarcado. O pensamento pautado nessa perspectiva reconhece que não há a imagem de “um pai” que detém o poder sobre as mulheres, entretanto mantém a figura simbólica masculina como autoridade e referência, tendo este por direito e competência autorização de regular sobre o que é dito e assumido como feminino.

O poder naturalizado dos homens sobre as mulheres abarcam todos os aspectos da vida civil. Portanto, a liberdade e igualdade, protagonizada nos discursos liberais, não são universais, mas sim condicionados e graduados de acordo com a identidade

social e sexual. Logo, o acesso aos direitos civis ainda estão atrelados a sua identificação biológica de sexo e aos parâmetros morais designados pelo pensamento de dominação masculina, mesmo que advindo de um pacto social silenciado. (SILVA, 2019b).

Visto que o patriarcado atravessa as relações sócio históricas como base estrutural de poder, reconhece-se que as instituições modernas assimilam o pensamento vigente, transformando-se em espaços de propagação dessas desigualdades, dentre elas, a chamada família tradicional. Logo, falar do impacto do patriarcado na vida das mulheres é reconhecer a participação dessas instituições como ferramenta de manutenção e reprodução das estruturas de poder baseadas em gênero.

Narvaz e Koller (2006) consideram que a família não é dada às pessoas por um fator biológico, mas sim como um produto histórico das organizações humanas. Nas sociedades ditas primitivas, os papéis e a disposição familiar não eram pautadas nas diferenças sexuais, nem incorporadas como instituições privadas, mas sim com uma perspectiva coletiva e flexível. Pelo desconhecimento do papel masculino na reprodução, essas sociedades eram organizadas em torno das mulheres-mães, e possuíam dinamismo e flexibilidade no desempenho dos papéis sociais.

Com a descoberta do papel masculino na reprodução, com o advento do patrimônio (como referência capitalista) e com a crescente influência da Igreja na organização social, a sociedade começou a ser pautada a partir de uma família nuclear, monogâmica (para garantir a descendência dos filhos e filhas), e com o estabelecimento de papéis sociais rígidos que, por sua vez, atendiam ao sistema econômico e, ao mesmo tempo, colocava o homem como representação do poder. (RAGO, 2014; NARVAZ; KOLLER, 2006).

Teperman (2014) afirma que a família pode ser compreendida como uma instituição de estrutura de poder hierárquico, cuja função essencial é a transmissão dos aspectos culturais, intra e intergeracionais. Logo, a família possui importância fundamental nas formações das representações estruturais dos indivíduos, como também na assimilação da linguagem que atravessa o sujeito e as relações sociais com as discursividades sócio-históricas e culturais. (TEPERMAN, 2014). Assim, a família transmite os valores e os significados de sua história, de sua cultura e de suas relações sociais.

A dinâmica e o funcionamento das famílias, dentro do âmbito privado, consistiam na designação de papéis rígidos a serem desempenhados pelos membros da família. Às mulheres, cabia a função do trabalho de reprodução e cuidado, que consistia nas tarefas domésticas, de procriação e criação dos filhos(as). Já aos homens, cabiam a função produtiva, relacionada ao sustento da família (trabalho remunerado) e representação social. A cada uma dessas atividades havia um valor agregado, proporcionalmente desigual, condicionando as mulheres à pouca mobilidade social, restrição de oportunidade e, conseqüentemente, desvalorização, uma vez que as atividades a elas designadas eram compreendidas como de segunda ordem. (LUZ; GITHAY, 2016; RAGO, 2014)

A família atual, portanto, apesar de estar em processo de ressignificação, ainda é permeada pelas concepções patriarcais e segue transmitindo valores e se organizando

a partir das perspectivas de gênero. (DEVREUX, 2011). Neste sentido, mesmo a família brasileira não sendo majoritariamente estruturada nos moldes tradicionais burgueses (casal e filhos(as) biológicos), as mulheres mais valorizadas e com maiores oportunidades materiais e subjetivas de existência, na sociedade brasileira, ainda são aquelas que correspondem aos estereótipos e preceitos fomentados pelo pensamento patriarcal.

Esse desequilíbrio reflete ainda hoje nas oportunidades e nas condições de vida das mulheres, como refletem os dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuo (Pnad), em 2019, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens (48,2% de homens e 51,8% de mulheres). (IBGE, 2020). Mesmo com o decréscimo na natalidade (1,7 nascimentos por mulher), temos a maternidade como realidade da maioria das mulheres brasileiras (DONATH, 2017), com cerca de 67 milhões segundo pesquisa do Instituto Data Popular. (MELO, 2015). Além disso, o número de famílias monoparentais vem aumentando em todas as classes sociais, por motivações e com afetações diferentes. Em grande maioria a responsável por estas famílias monoparentais são mulheres solteiras¹ (MELO, 2015).

Mulheres que trabalham fora de casa dedicam 8,1 horas a mais aos serviços domésticos comparados aos homens (IBGE, 2020) e, apesar de apresentarem maior tempo de escolaridade, ganham em torno de 30% a menos. (IBGE, 2019). Ao tornarem-se mães, observa-se maior desigualdade: as horas de trabalhos domésticos aumentam 2,3 horas, para a dedicação aos cuidados e a educação das crianças. (IBGE, 2020). Isso pode reverberar no espaço social ocupado pelas mulheres, para além das tarefas reprodutivas e domésticas, como descreve o portal de notícias do IBGE. Além disso, a proporção de trabalhadores que exercem suas ocupações em tempo parcial é maior entre as mulheres (28,2%) em relação aos homens (14,1%). Segundo IBGE (2018), este fenômeno pode estar associado à predominância de cuidados femininos a outras pessoas do domicílio e ao compromisso com os afazeres domésticos, aos quais as mulheres que trabalhavam fora do domicílio dedicam-se mais (73% de horas a mais do que os homens). (IBGE, 2018).

Perante as denúncias das desigualdades de gênero e opressões sofridas, as mulheres não permaneceram passivas e contemplativas. De acordo com seu contingente histórico, simbólico e material, as mulheres se organizaram em torno de lutas e reivindicações de melhores condições de vida e maior oportunidades sociais, em busca da extinção das desigualdades motivadas pelas diferenças. Desta maneira, os movimentos feministas em sua constituição e história instigam novos pensamentos e articulam um projeto emancipatório. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

A fim de contextualizar as lutas e os momentos históricos dos feminismos, o próximo tópico tratará de apresentar o desenvolvimento deste movimento. O feminismo se propagou à partir de ondas de pensamentos e discussões organizadas

¹ Segundo dados do Censos demográficos 1980-2010 do IBGE, citado por Cavenaghi e Alves (2018), as famílias monoparentais femininas tiveram um aumento de 14% em 2000 para 15,3% em 2010, e as famílias monoparentais masculinas de 1,8 em 2000 para 2,2 em 2010.

pelas mulheres dentro de um contingente histórico, que buscava a transformação da condição das mulheres, criando novas maneiras de enfrentar as diferentes formas de opressão. (BRASIL; COSTA, 2018; SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Breve histórico dos movimentos feministas e suas conquistas

O feminismo é um movimento que defende a igualdade de direitos entre os gêneros, além de um equilíbrio dos valores agregados às categorias de homem e mulher. A luta feminista não se expressa como um fenômeno único e universal, havendo uma variedade de manifestações e discussões de acordo com a sociedade, o período histórico e o grupo de mulheres representados. (BORIS; CESIDIO, 2007).

Apesar das mulheres sempre lutarem contra as violências e opressões sociais, é somente a partir do final do século XIX e início do XX que os movimentos organizados das mulheres, com pautas e reivindicações coletivas, ganham força e popularidade. A partir dos movimentos feministas houve o encorajamento das mulheres a denunciar a sujeição que sofriam nas diferentes esferas da vida, seja no âmbito familiar, social, jurídico, político, econômico, educacional. (BORIS; CESIDIO, 2007).

Marques e Xavier (2018) apontam que ao longo da história do ocidente sempre houve a resistência e rebelião das mulheres frente às contradições das estruturas patriarcais. Logo, para as autoras, falar de feminismo é se deparar com um amplo referencial de estudos e teorias, com o potencial de esclarecer as relações de poder da sociedade na qual está inserido. Os movimentos feministas emergem das próprias críticas e reflexões que se apropriam com o decorrer do tempo e em suas lutas, levando ao aprofundamento das dialéticas sociais e a tomada de consciência das condições de desigualdades e subserviência imposta às mulheres. (MARQUES; XAVIER, 2018)

Para Boris e Cesidio (2007), o feminismo possui um enfoque multicultural e questiona tanto as ideologias que legitimam a superioridade masculina, como confronta outros sistemas de opressão que articulam com o patriarcado, como o capitalismo e outros, que justificam os privilégios de classes e de outros estratos dominantes. Para as autoras, o patriarcado culmina em opressões não somente às mulheres, mas também às pessoas negras, às pessoas homossexuais, às pessoas pobres e assim por diante. Logo, o feminismo possui uma luta interseccional visando uma sociedade que se baseia pelos princípios de igualdade e equidade. (BORIS; CESIDIO, 2007).

Brasil e Costa (2018) consideram que o movimento feminista ocidental se organizou em três grandes ondas, as quais consistiram em articulações de pensamentos e reivindicações que pautavam as discussões feministas e caracterizavam o movimento na época.

A primeira onda do movimento feminista iniciou-se no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, quando as mulheres se aproximam das lutas sociais de modo organizado. Ela ocorreu com o advento da industrialização, e foi caracterizada como movimento maternalista, pois, apesar de não ter sido totalmente homogênea, suas

pautas estavam fortemente relacionadas ao direito da maternidade. As feministas da primeira onda foram caracterizadas pela reivindicação do acesso e ampliação dos direitos civis, como o acesso aos direitos trabalhistas, liberdade de administrar bens e posses, participação da vida pública e melhores condições para a criação e cuidados com os filhos, como a criação da licença maternidade por exemplo. (SILVA, 2019a; BRASIL; COSTA, 2018). Segundo Marques e Xavier (2018) essa primeira onda é representada pelas mulheres brancas burguesas, que reivindicavam direitos políticos iguais, acesso à educação e modificações da legislação sobre o casamento.

Se as mulheres brancas lutavam por uma posição de igualdade em relação aos homens na sociedade, as mulheres negras nem como seres humanos eram consideradas pela lei, mas sim tratadas como objetos. Serem reconhecidas como sujeitos de direito era, portanto, sua principal pauta de luta. Ainda assim, as mulheres negras tiveram seu protagonismo na primeira onda do feminismo, mesmo que este não seja reconhecido nas histórias oficiais. As mulheres negras feministas, já na primeira onda, lutavam pela sua existência e analisavam as condições de serem mulheres também sobre o prisma do racismo. (SILVA, 2019a).

O feminismo liberal buscou reduzir as desigualdades entre homens e mulheres, através de ações políticas positivas, tendo um caráter mais reformista. Devido ao processo de industrialização e às relações de classes, as mulheres operárias passam a organizar reivindicações feministas no interior dos movimentos operários, conseguindo chamar a atenção e dando visibilidade ao movimento (mesmo que negativa perante os padrões da época). (MARQUES; XAVIER, 2018).

As sufragistas tiveram grande importância e destaque na primeira onda do feminismo. Iniciado na Inglaterra, esse movimento político organizou grandes manifestações e greves de fome em nome dos direitos igualitários entre homens e mulheres. Com as revoltas do proletariado e com o movimento sufragista, os princípios de liberdade e igualdade passam a ser difundidos nas revoluções francesas desde o fim do século XIX, sendo então incorporados como pauta das mulheres.

No Brasil, o feminismo se expressa influenciado pelo movimento sufragista da Europa, o qual tem como principais pautas a luta pelos direitos políticos e civis, como o voto. Esta fase foi organizada pelas classes médias e altas, representadas pelas filhas de políticos e intelectuais da sociedade brasileira que tiveram a chance de estudar em outros países, sendo caracterizado por um feminismo bem comportado e difuso. Mesmo com representação restrita, as sufragistas brasileiras conquistam o direito ao voto em 1932. (MARTINS, 2015; MATOS, 2010).

Nesse mesmo contexto, operárias se organizaram para ampliar os direitos das trabalhadoras de indústrias têxteis brasileiras. Esse feminismo inicial, que teve seu auge entre os anos 1930 e 1960, conferiu visibilidade às mulheres na esfera pública na luta por direitos políticos e sociais, apesar de o poder masculino manter-se assumido como categoria universal. (MARTINS, 2015).

A primeira onda estendeu-se até a Segunda Guerra Mundial, quando as mulheres passam a serem também convocadas a servirem à pátria, como enfermeiras ou com trabalhos de suporte para a grande guerra. Esse fenômeno redireciona a função social

da esfera privada também para esfera pública, redirecionando os estudos e as reflexões do movimento (SILVA, 2019b).

Outro marco significativo do início da segunda onda foi a publicação do livro “Segundo Sexo” de *Simone de Beauvoir*, lançado no final da década de 1940. A obra traz novas perspectivas e questiona o condicionamento da mulher às relações sociais dirigidas pelo discurso masculino dominante. Marca uma ruptura nos paradigmas sobre a identidade sexual, afirmando que não se nasce mulher, mas aprende-se a ser mulher, descolando a explicação biológica para a concepção cultural e social do sexo. Essa obra redirecionou as reflexões feministas na década de 60, apontando para além das desigualdades sociais, a construção social e a assimilação da cultura sobre as explicações do que é ser homem e o que é ser mulher. (MARQUES; XAVIER, 2018).

Silva (2019b) indica que nessa fase inicia-se a discriminação entre sexo e gênero, sendo sexo compreendido como marca biológica, e gênero com constructo social, ou seja, um conjunto de características e papéis impostos pela cultura às pessoas de acordo com seu sexo. Sendo assim, a segunda onda do feminismo surge na metade do século XX, com a incorporação do movimento de pautas culturais, questionando os padrões sociais atribuídos aos homens e às mulheres, seja na vida afetiva, política ou no mundo do trabalho, uma vez que em todas estas as mulheres estariam em situação de desigualdade e desfavorecimento em relação aos homens. (MARQUES, 2015).

As feministas desta onda buscavam compreender a origem da condição feminina e a razão das opressões sofridas (SILVA, 2019b). Além de buscar um fator comum, essencial, que unisse todas as mulheres, e que justificasse sua situação de vulnerabilidade em relação aos homens. A resposta à questão levantada parecia ser o fato de as mulheres engravidarem. Sob a ótica dessa onda, a mulher é socialmente condicionada e explorada em razão do sexo biológico e de suas funções reprodutivas. Já o patriarcado é o sistema responsável pela opressão, social e econômica da mulher, baseado em sua função reprodutiva e limitando a mulher ao papel de mãe e esposa.

Logo, as feministas radicais (como ficaram conhecidas) traziam a “condição de procriação” como um limitador à mulher associando-o a um “fardo da natureza”. Por esse motivo, Silva (2019b) traz que a invenção da pílula anticoncepcional, em 1962, foi uma das maiores revoluções da história referente ao gênero. Uma vez que a relação das mulheres com o próprio corpo mudaria completamente. A gestação não seria uma consequência desagradável da prática sexual, mas poderia ser algo escolhido. Por influência dessa grande mudança a respeito da relação da mulher com o próprio corpo, a segunda onda se distingue como a fase em que aquilo que antes era restrito à esfera particular, foi trazido ao âmbito público com as discussões acerca da liberdade sexual da mulher e a luta pelos direitos reprodutivos, por isso a frase “o pessoal é político” foi um dos slogans feministas da época.

Nesse momento histórico, a onda feminista abandona as ideias igualitárias para um feminismo centrado na mulher, politizando as questões da vida privada. A partir desse marco, inauguram-se as primeiras construções de cunho social do feminismo, refutando o suposto determinismo biológico que designa a mulher a um destino único: a maternidade e a vida doméstica. (BRASIL; COSTA, 2018)

A esfera privada e sua organização moderna passam a ser identificadas como consequências do patriarcado que, por sua vez, estruturam a vida doméstica e também a vida pública. Sendo estas marcadas pela dominação e violência, originárias por uma cultura e instituições de poder masculino. Há, assim, uma resignificação sobre as perspectivas de igualdade, realocando-a de um direito do sujeito para a compreensão de que suas desigualdades são designadas pelas estruturas simbólicas e patriarcais na sociedade moderna, as quais devem, portanto, serem combatidas e eliminadas, para que possa haver a emancipação real das mulheres. (MARQUES; XAVIER, 2018; MARTINS, 2015).

No Brasil, a segunda onda feminista teria ganhado força durante o clima político do regime militar, sobretudo na década de 1970. Este período foi caracterizado tanto pela desvalorização da cidadania no país, como pelo fortalecimento da opressão patriarcal. Logo, as organizações das mulheres levantaram questões e assumiram oposição ao autoritarismo militar, proporcionando discussão e articulação das demandas femininas e maior apropriação da esfera pública. Logo, a segunda onda do feminismo foi caracterizada, no Brasil e nos países latino-americanos, cujo regime militar estava no poder, como uma posição de resistência à ditadura militar e à hegemonia masculina. (MATOS, 2010)

Na sociedade brasileira, mesmo com a conquista de alguns direitos civis como ao voto, para Silva (2019b) as mulheres ainda estavam submetidas ao sistema familiar patriarcal rígido. Aquelas que não estivessem inseridas nesses papéis eram consideradas indignas e desonradas, sofrendo sanções sociais. O código civil de 1916, por exemplo, previa que a mulher fosse tutelada por uma figura masculina, por ser considerada incapaz. Este item da legislação só se modificou em 1962. Mesmo assim, com a não regulamentação do divórcio, as mulheres tinham pouco respaldo legal e autonomia frente ao matrimônio. Logo, o feminismo brasileiro buscou autonomia das mulheres e emancipação da figura masculina, garantindo-lhes sobretudo os direitos legais e reconhecimento para além da maternidade e do casamento. (SILVA, 2019b).

Embora a segunda onda buscasse universalizar o feminino e atender de forma igualitária todas as mulheres, o movimento ainda possuía uma característica de um feminismo branco, hegemônico, de classe econômica favorecida e provindas das universidades. Tal característica do movimento, influenciava suas análises, sendo consideradas insuficientes para contemplar outros grupos de mulheres que necessitavam de outros atravessamentos de análise, como as mulheres negras, por exemplo. (SILVA, 2019b).

A universalização da categoria mulher começou a ser questionada. O feminismo passa a ser acusado de ser alheio a realidade de outras mulheres que não seguiam o mesmo perfil das mulheres que até então direcionavam as discussões feministas (MARQUES; XAVIER, 2018). Neste momento, as mulheres lésbicas, da classe trabalhadora e mulheres negras iniciaram discussões que deram origem ao feminismo identitário. Para essas feministas, ser mulher precisa ser atravessado pelas outras identidades das pessoas, como a sexualidade, a raça/etnia e diferenças de classe, fatores decisivos para a assimilação das experiências como também na posição que esta mulher ocupa em

sua história e na sociedade. A partir dessas novas discussões, teorias e reivindicações, surgiu a terceira onda do feminismo. (SILVA, 2019b; MARQUES; XAVIER, 2018).

A terceira onda feminista, portanto, não se refere à igualdade, mas sim a diferença, a alteridade e a produção de uma discursividade subjetiva. Descolando-se do estudo sobre as mulheres e o sexo, e direcionando para a compreensão dos gêneros e as relações dos mesmos na sociedade. (BRASIL; COSTA, 2018). As décadas de 1980 e 1990, foram marcadas por importantes mudanças no mundo ocidental, como a queda do muro de Berlim, a diluição da União Soviética, a dissolução das ditaduras militares na América Latina, vivendo-se perspectivas sociais potencializadoras e renovadas. O movimento feminista acompanha essas grandes transformações, passando por modificações inaugurando a terceira onda, trazendo à tona a discussão da diversidade e da pluralidade de ser mulher, assim como suas experiências associadas a outras identidades. (SILVA, 2019b; MARQUES; XAVIER, 2018).

As feministas da terceira onda abordam a exclusão das mulheres que não pertencem a elite, a diversidade da experiência e da luta daquelas que não seguiam a padronização das mulheres brancas, de elite e heteronormativa. Consequentemente, o movimento passa a ganhar novas correntes que consideram a raça, a classe, a orientação sexual e a região, abrindo espaço para a pluralidade feminina, dando voz a diferentes realidades e maneiras de expressar-se e viver mulher. (MARQUES; XAVIER, 2018).

Para Silva (2019b), a terceira onda buscou entender as diversas identidades femininas, compreendendo suas opressões através da discussão de gênero e como as mesmas atingem de forma variada as diferentes mulheres. Respeitando, assim, as múltiplas expressões e experiências de ser mulher. Logo, as abordagens micropolíticas ganham força, buscando responder à questão “o que é ser mulher”, e não determinar o que é melhor para cada mulher. Nesse período o termo interseccionalidade ganha força e prestígio dentro das teorias feministas, convocando as discussões de gênero a se associarem a outras categorias identitárias. (SILVA, 2019b).

Na sociedade brasileira a terceira onda surge através da participação das mulheres brasileiras em todo o processo de redemocratização e na construção de um feminismo com ênfase no processo de institucionalização e discussão das diferenças entre as próprias mulheres. Os movimentos sociais incorporam os discursos feministas, confrontando novas maneira de conceber a cultura política e em novas maneiras de se organizar coletivamente, rejeitando alguns tons “moralistas” que emergiam no discurso da segunda onda. (MATOS, 2010; SILVA, 2019b).

Atualmente, discute-se a emersão de uma quarta onda feminista, a qual ainda estaria em curso e em plena elaboração. (PEREZ; RICOLDI, 2019). A Internet gerou uma revolução na comunicação, a qual transformou a maneira da sociedade se deparar com as informações e as relações sociais. Esse movimento não tardou a chegar ao movimento feminista, sendo, portanto, característica dessa onda o uso em massa das redes sociais e da utilização da tecnologia (SILVA, 2019b; PEREZ; RICOLDI, 2019).

A quarta onda feminista é amplamente digital e associada ao uso das plataformas de redes sociais para organização, articulação e propagação das ideias feministas e da denúncia que a igualdade entre os gêneros ainda é uma ilusão. O avanço da tecnologia

da informação e comunicação é usada para contestar a misoginia, o sexismo, a LGBTfobia e outros tipos de desigualdades e violências de gênero. A nova onda visa incluir grupos de mulheres que os movimentos feministas tradicionais não haviam sido capazes de representar, como as mulheres de países periféricos e as mulheres trans. (SILVA, 2019b; PEREZ; RICOLDI, 2019).

Perez e Ricoldi (2019) consideram que as novas tecnologias de comunicação e informação não são apenas um canal de comunicação e visibilidade dos feminismos, mas sim a gênese da constituição de um novo feminismo. As redes formam um território de ação política que busca democratizar acesso e participação das ações e discussões. Assim, ideais feministas, antes restritos a pequenos grupos elitizados e com privilégio de acesso ao conhecimento, extrapolam fronteiras e tomam grandes proporções.

No Brasil, a denúncia pelas redes sociais da violência contra a mulher e sobre ações de misoginia tomam proporções nacionais, havendo encaminhamentos populares e jurídicos à partir dos protestos virtuais. A partir do ciberativismo, há a articulação de grandes movimentos, encorajamento de denúncias e propagação de informação e teorias que buscam levar até as mulheres, informações e recursos para o combate da opressão. O Brasil ocupa o ranking de 5º lugar mundial de feminicídio, o que acarretou na mudança do código penal tipificando o feminicídio como homicídio doloso. Muitos desses casos ganham popularidade nas redes sociais, motivando a articulação entre as mulheres e favorecendo a denúncia e encaminhamentos devidos. (SILVA, 2019b).

A quarta onda do feminismo brasileiro e latino-americano seria caracterizado como a institucionalização das demandas das mulheres, incluindo a evidenciação do movimento em torno das ONGs e das redes femininas, além da legitimação da luta trans. A importância das mídias virtuais, segundo Perez e Ricoldi (2019), é um caminho sem volta. Já não é possível as lutas das mulheres passarem despercebidas na sociedade, atravessando a formação de identidades coletivas entre as jovens.

Considerando a desconstrução e construção constante dos movimentos feministas, assim como os desafios enfrentados pelas mulheres na organização de um discurso plural e que respeite o princípio da diversidade, dois termos são de grande relevância para a discussão: interseccionalidade e lugar de fala. Ambos apresentados brevemente no próximo tópico.

Importância da percepção e valorização da interseccionalidade e do ‘lugar de fala’ na discussão do feminismo atual

É inegável que o feminismo tradicional, como teoria e prática, desempenhou papel fundamental nas lutas e conquistas femininas, uma vez que ao apresentar novas questões e levantar a temática da desigualdade de gênero, não apenas estimulou a formação de coletivos de luta, mas também desenvolveu a busca por novas maneiras de compreender a mulher enquanto indivíduo e nas relações sociais. Entretanto, é

inegável também que a base dos movimentos feministas representava a luta não de todas as categorias de mulher, mas sim de uma parcela que generalizava sua condição, reivindicação e lutas a todas as mulheres, como se essa classe de mulheres fosse o referencial universal. Tal fato propagou e fortaleceu a perspectiva da hegemonia branca e colonial no movimento feminista, sobretudo na sociedade brasileira. (GONZALEZ, 2020; AKOTIRENE, 2019)

Ao contrário da crença do senso comum, patrocinada pela ‘história oficial’, a constituição histórico-cultural do Brasil não é formada exclusivamente por uma origem branca e europeia, mas sim por um inconsciente latino e africano. A ideologia do branqueamento furtou e empobreceu a conformação da diversidade brasileira, minimizando a participação da população negra e outras etnias nesse processo. O colonialismo deixou como herança a noção de uma suposta ideia de superioridade eurocristã (branca e patriarcal), internalizada pelos colonizados e que influencia ainda hoje o pensamento dominante dentro e fora da academia, inclusive nos movimentos feministas. (GONZALEZ, 2020).

Segundo Akotirene (2019), é importante que esta concepção hegemônica dominante não colonize a teoria feminista sob a perspectiva da interseccionalidade. Esse novo conceito apresentado ao movimento feminista desde a terceira onda, permite a defesa das identidades políticas contra a opressão colonialista, marcada pelo racismo cisgênero patriarcal capitalista. Ao centralizar suas análises em torno do conceito de capitalismo patriarcal, o feminismo eleva suas bases materiais e simbólicas contra a opressão das mulheres. (GONZALEZ, 2020).

A interseccionalidade problematiza, à partir da perspectiva descolonial, como o pensamento da ideologia dominante configurou uma estrutura social excludente que agravou a violência contra aqueles e aquelas que não se encaixavam nos padrões esperados pelas organizações sociais. Akotirene (2019) afirma que o pensamento interseccional permite reconhecer as diversas possibilidades de violência e as sobreposições de opressões impostas e legitimadas pelos poderes hegemônicos, coloniais e patriarcais. “Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto que as geografias do colonialismo limitam as capacidades humanas” (AKOTIRENE, 2019, p. 45).

Reconhece-se que, se todas as mulheres estão sujeitas ao peso da discriminação de gênero, algumas delas, estão sujeitas ainda a outros fatores relacionados às suas identidades sociais que, por sua vez, influenciam diretamente e de forma específica na forma em que sofrem discriminação. A interação entre as identidades e as representações que cada uma possui em dada sociedade, fornece uma compreensão analítica para a manutenção da desigualdade. (AKOTIRENE, 2019; PEREZ; RICOLDI, 2019).

O termo “Interseccional” vem se popularizando entre as feministas brasileiras, buscando a superação de um feminismo branco e de classe média. Para Djamila Ribeiro (2019), o conceito evidencia o dilema do feminismo hegemônico no século XIX, ao questionar a universalização da categoria mulher. Essa nova concepção abdica da padronização de ser mulher, levando em consideração outras intersecções como raça,

gênero, orientação sexual e identidade de gênero. (PEREZ; RICOLDI, 2019; RIBEIRO, 2019).

A adoção de um olhar interseccional permite que os movimentos feministas somem força à luta contra a discriminação das mulheres negras e/ou contra o ódio direcionado à população LGBT. Logo, a abordagem interseccional é um parâmetro de justiça promovendo a reflexão e a inclusão das discussões das diferenças, considerando o intercruzamento das desigualdades e, assim, lutando por um acesso de direito equânime. (PEREZ; RICOLDI, 2019). O sexismo é um sistema de opressão institucionalizado, comum entre todas as mulheres, entretanto, os fatores relacionados à classe, raça, religião, entre outros, mudam as experiências e as forças distintas como esta opressão é vivenciada (hooks, 2019).

O feminismo branco e burguês durante anos deu voz às dores e aos dramas das mulheres brancas e de elite, generalizando e universalizando sua condição e reivindicações para todas as mulheres e ignorando, por exemplo, as vozes das mulheres sozinhas, operárias, pobres, negras, e assim por diante (hooks, 2019). A fala feminista representava uma única classe, sem considerar outras condições, outras identidades. Logo, mesmo com os avanços e rupturas de paradigmas alcançados pelas primeiras feministas, o movimento não podia sucumbir ao processo de colonização do pensamento europeu. Precisa abrir espaços para outras expressões de realidades nas quais vivem mulheres nas mais diversas condições. (hooks, 2019).

O lugar de fala representa a voz de distintos pontos de experiência, não se restringindo a experiência individuais somente, mas ao lugar que os grupos ocupam na dinâmica e representação social. Assim, o lugar de fala quebra a visão universal das categorias, permitindo reconhecer diferentes posições sociais assumidas por diferentes pessoas, representando discursos políticos sociais diferentes de acordo com a posição que ocupa. (RIBEIRO, 2019).

Ribeiro (2019) afirma que o lugar de fala é uma postura ética, pois saber do lugar de onde se representa a fala é fundamental para pensar a hierarquia e as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo. O lugar de fala não propõe o silenciamento das demais vozes, pelo contrário, assume que todas as pessoas possuem seu espaço situado de fala, reconhecendo a localização social do que é dito. A partir disso, é possível, sobretudo nos movimentos feministas, debater e refletir criticamente sobre a diversidade das mulheres, assim como suas diferentes reivindicações.

Neste contexto, o movimento feminista na América Latina passa por um processo de descolonização dos pensamentos e dogmas europeus. Reconhecendo suas características específicas e sua força a partir da diversidade de sua constituição, de suas culturas e etnias, da riqueza de suas heranças, de sua sabedoria ancestral e de sua história de resistência e luta contra a opressão e a exploração dos povos latinos em geral e de suas mulheres em especial. (GONZALEZ, 2020; AKOTIRENE, 2019).

Neste contexto descrito, é possível afirmar que feminismo atual é fruto de todo seu processo histórico e incorpora, em especial, as perspectivas do lugar de fala e da interseccionalidade. O movimento feminista busca abrir espaço para a discussão de diferentes formas de ser e existir mulher, considerando a construção sócio-

histórica e cultural de cada povo. A inclusão das categorias identitárias proporcionou amplitude de representação e de luta, a qual junto com a potência do ciberativismo, chega às mulheres das mais diversas condições, com informação e reflexão sobre as desigualdades de gênero e sociais, assim como das novas formas de combate à misoginia e à discriminação.

Feminismo é a luta para acabar com o sexismo e sua opressão. Seu objetivo é defender as mulheres, independente de sua condição e não em detrimento dos homens. O movimento feminista pode transformar a sociedade e as vidas de modo significativo, buscando o fim das manifestações de poder hierárquicas que promovem violência, desigualdades e sofrimento. Para tanto, a luta feminista não busca simplesmente reformas no sistema, mas reconhece a necessidade de erradicar estruturas sociais que mantêm os movimentos opressores. Logo, é necessário combater qualquer agressão à vida e à condição que perpetuem as diferenças. As defensoras do feminismo precisam estar atentas para não permitir que o movimento seja cooptado por agendas oportunistas, de reprodução no modelo opressor colonial, camuflado de boas intenções. (hooks, 2019).

Considerações finais

O movimento feminista se popularizou e está presente nos discursos e suposições dos sujeitos, devido a rápida propagação de informação e democratização de informações permitidas pela revolução tecnológica da Internet. Entretanto, pouco se sabe sobre as bases históricas e conceituais que fazem do feminismo um movimento sólido que atravessou gerações, promoveu mudanças profundas nas estruturas patriarcais e deu visibilidade aos paradigmas sexistas, por muito tempo reproduzidos e silenciados. Os movimentos feministas transformaram e continuam transformando a sociedade.

O patriarcado, como forma de poder que promove a opressão das mulheres ao longo dos séculos, também é um dos conceitos sócio histórico passível de mudanças de acordo com as representações sociais. Ganhando força com o advento do capitalismo, o patriarcado reproduziu as estruturas de poder masculino, tratadas como universais e normativas nas sociedades ocidentais. No Brasil, essa herança da colonização possui mais força considerando a condição de invisibilidade das mulheres de seu território.

Essa ideologia patriarcal foi compreendida e combatida pelas mulheres ao longo da história, mas somente a partir do século XIX, essa luta ganha estrutura e articulação com os movimentos feministas. O feminismo, como fenômeno social, possui seu discurso representado pelas articulações de pensamento providas de uma determinada conjuntura histórica. Assim, o feminismo pode ser explicado através de ondas de pensamentos e reivindicações, caracterizadas pela forma que as mulheres do movimento compreendiam os fenômenos sociais associados a categoria mulher.

A luta feminista durante muitas décadas foi guiada por mulheres das classes dominantes, as quais tiveram grande visibilidade na história por seu poder de

articulação e representação social. Entretanto, o feminismo em suas transformações históricas, trouxe crítica ao próprio movimento e sua universalização de ser mulher. Forçando a incorporação de outras categorias de análise, que contemplassem as mulheres que historicamente não tinham espaço na sociedade e ocupavam lugar de maior vulnerabilidade devido ao atravessamento de outras identidades sociais igualmente discriminadas, como raça, etnia, orientação sexual, classe, entre outras.

Logo, o movimento feminista incorporou, ao longo de sua história, percepções e fundamentação que traziam em seu discurso outras categorias de mulheres. Para tanto, a incorporação de conceitos como 'interseccionalidade' e 'lugar de fala' são essenciais para a transformação do movimento e a possibilidade de transformação social.

Assim, o presente artigo, sob forma de uma revisão de literatura histórica do movimento feminista, revisitou conceitos importantes para a constituição das desigualdades de gênero, contextualizou a história de luta e de transformações dos movimentos feministas em suas ondas de pensamento. Dessa forma, buscou-se contribuir para a produção de conteúdo que favoreçam a compreensão e apropriação histórica desse movimento pelas mulheres, que ainda hoje permanecem na luta por uma sociedade justa e livre de opressões.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos Feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polén, 2019.

BORIS, George Daniel J. B.; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. In: **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, n. 2, v. 7, p. 451-478, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/12.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL, Marina Valentim; COSTA, Angelo Brandelli. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis? In: **Psicologia Clínica**. v.30, n.3. Rio de Janeiro: set-dez, 2018. p. 427 – 446. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652018000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 ago. 2021.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: **Cadernos de Crítica Feminista**, n. 4, ano V, p. 6-28,

dez. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/MMP766vNSt4kG5fQskyxrMD/>
Acesso em: 15 ago. 2021.

DONATH, Orna. **Mães arrependidas**: outra visão da maternidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (ORG.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, Bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IACONELLI, Vera. **Mal-estar na maternidade**: do infanticídio à função materna. 2ª ed. São Paulo: Zagodoni, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínuo** 2012-2019. 2020. Diretoria de Pesquisas. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Estatísticas Sociais]. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. [Agência de notícias IBGE on-line], 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2018-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Estatísticas Sociais]. **Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem**. [Agência de notícias IBGE on-line], 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

LUZ, Nanci Stancki; GITHAY, Leda. Divisão sexual do trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil. In: LUZ, Nanci Stancki; SALETE, Lindamir C. **Entrelaçando Gênero e Diversidade**: matrizes da divisão sexual do trabalho. Curitiba: Ed UTFPR, 2016.

MARQUES, Ana Maria. Feminismos e gênero: uma abordagem histórica. In: **Revista Eletrônica Trilhas da História**. v. 4, n. 8, Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/556>. Acesso em: 24 ago.2021.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. In: **Anais do 6º Seminário CEDROS**, Itaperi/CE, 2018. Disponível em http://uece.br/eventos/viseminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.doc. Acesso em: 02 set. 2021.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. In: **Revista Café com Sociologia**. v. 4, n. 1, p. 231-245. Maceió, 2015. Disponível em <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MATOS, Marilse. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? In: **Revista Sociologia e Política**. v. 18, n. 36. p. 67-92, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/d3NZRM8zPZb49RYwdSPr5jQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2021.

MELO, Daniel. Brasil tem mais de 20 milhões de mães solteiras, aponta pesquisa. In: **Agência Brasil** [Jornal on-line]. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-05/brasil-tem-mais-de-20-milhoes-de-maes-solteiras-aponta-pesquisa>. Acesso em: 02 set. 2021.

NARVAZ, Marthe Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. In: **Psicologia & Sociedade**, v. 1, n. 18, p. 49-55, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkpBDpL4Xn/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In: **Anais do 10º Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)**, 2019. Monterrey/México. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil 1890-1930**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. In: **Revista Katál**. v. 13 n. 1. Florianópolis. p. 11-19. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima. **Patriarcado e teoria política feminista: possibilidades na ciência política**. Belo Horizonte: Dissertação Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019a. Disponível em <http://gg.gg/brunasilva>. Acesso em: 24 ago.2021.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade a formação da quarta onda**. Recife: Publicação Independente, 2019b.

TEPERMAN, Daniela. **Família, parentalidade e época: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2014.

Recebido em 03/10/2021.

Aceito em 30/05/2022.